

Plenário da Câmara condenado

Vistoria do Corpo de Bombeiros reprovou a estrutura do prédio da Câmara de Vitória por não garantir segurança ao público

MAURICIO XAVIER

O prédio onde está instalado o plenário da Câmara de Vitória, na avenida Marechal Mascarenhas de Moraes (Beira-Mar), foi condenado pelo Corpo de Bombeiros pela falta de condições de segurança para vereadores, funcionários e espectadores.

De acordo com a assessoria de imprensa da Câmara, depois de realizar uma vistoria no prédio – construído em forma circular com apenas uma porta – os bombeiros concluíram que o local põe em risco a vida de todos que o frequentam.

“O prédio só tem uma entrada que também serve como saída. Ele foi construído em forma de redoma e não tem saída de emergência. É como uma panela de pressão”, revelou a assessoria.

Porém, apesar das advertências dos bombeiros, a presidência da Câmara continua permitindo a realização de sessões e audiências públicas no plenário, quase que diariamente.

Na última terça-feira, por exemplo, foi registrada a assinatura de 177 pessoas – o número pode ter sido maior – na ata da audiência pública que debateu a manutenção do Vital na orla de Camburi.

O Corpo de Bombeiros sugere

riu uma reforma no local e a construção de duas saídas de incêndio, além da modificação do material utilizado na decoração interna, que é altamente inflamável.

“Em caso de incêndio, pessoas podem morrer pisoteadas ou queimadas. Além disso, o forro interno do prédio é feito todo de carpete e materiais inflamáveis”, admitiu a assessoria.

O vereador José Carlos Lyrio Rocha (PSDB) confirmou a existência do laudo e lembrou, que durante votações polêmicas, a aglomeração de pessoas pode gerar incidentes mais graves.

“Se houver um tumulto há um sério de ocorrer uma tragédia. Os bombeiros condenaram o plenário e ordenaram adequações”, contou Lyrio Rocha.

A assessoria da Câmara revelou que as mudanças no plenário ainda não foram realizadas porque a estrutura do prédio não pode ser alterada sem autorização do arquiteto da obra.

Nos bastidores da Casa, corre a informação de que o presidente, Ademar Rocha (PTB), candidato a reeleição, quer construir um novo plenário. No início da noite de ontem, ele foi procurado em seu celular, que estava desligado. O telefone de sua casa também não atendia. O celular do motorista do presidente da Câmara estava fora de área.



O prédio onde se reúnem os vereadores de Vitória apresenta riscos por não ter saída de emergência

Vitória sedia encontro do Ministério Público

Promotores e procuradores de Justiça de todo o País se reúnem em Vitória, a partir de hoje, para participar do 44º Encontro do Conselho Nacional dos Corregedores-Gerais do Ministério Público. O encontro termina no próximo sábado.

A abertura do encontro está marcada para às 10 horas, no auditório da sede do Ministério Público Estadual (MPE), na Enseada do Suá.

Participarão do evento a corregedora do Rio Grande do Sul, Jacqueline Fagundes Rosenfeld; a corregedora do Espírito Santo, Ivanilce da Cruz Romão; e o procurador-geral de Justiça do Estado, José Paulo Calmon Nogueira da Gama.



José Paulo Calmon: palestrante

Aquecedor Solar
Banheiras
Piscinas
Móveis
Ofurô
Spa

10x
1+9
de mais

Piscinas

3340.7488 / 3340.7352 / 3200.3882

Último dia para justificar voto

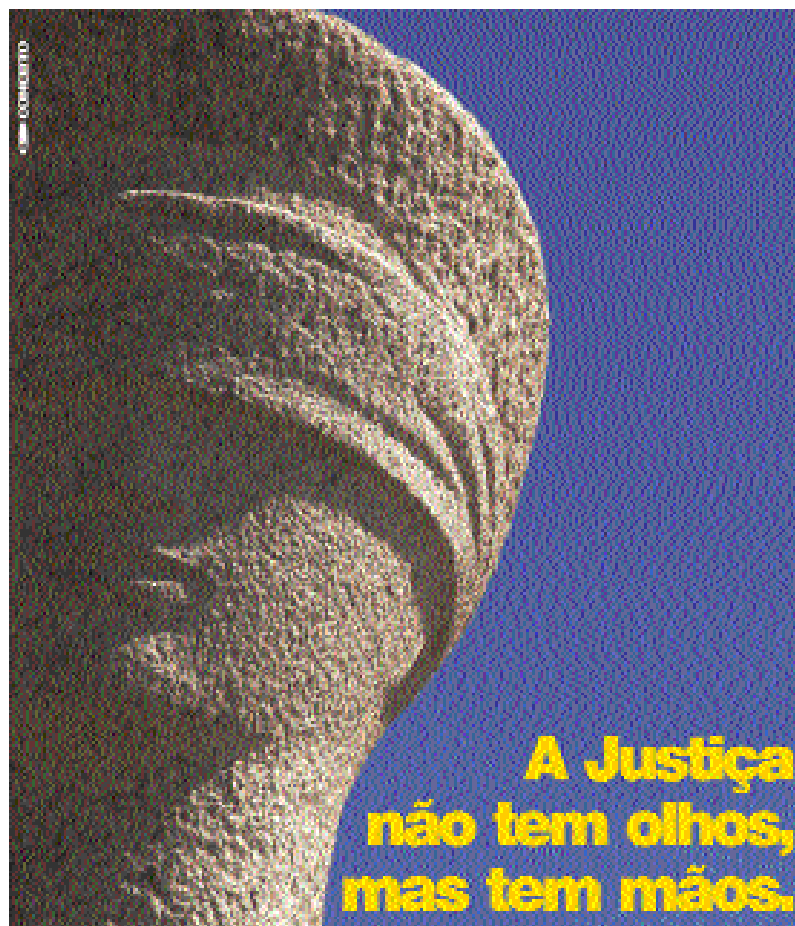
Termina hoje o prazo para quem não votou e ainda não justificou sua ausência no primeiro turno das eleições no dia 3 de outubro. De acordo com a Lei Eleitoral, o eleitor tem 60 dias após o pleito para regularizar a sua situação perante a Justiça Eleitoral.

O eleitor deve procurar qualquer cartório eleitoral para apresentar sua justificativa. Após o

prazo estipulado, poderá ser multado. No caso do segundo turno, o eleitor faltoso deve comparecer ao cartório até o dia 30 de dezembro.

Quem estiver fora do País tem 30 dias (após a chegada ao Brasil) para regularizar sua situação, devendo apresentar passagem e passaporte ao juiz da zona eleitoral em que está inscrito.

O eleitor que não votar e não justificar sua ausência em três turnos consecutivos pode ter seu título cancelado, ficando sujeito a várias penalidades, como não tirar passaporte e CPF, participar de concursos públicos, matricular-se em instituição de ensino público, não tomar posse no serviço público, entre outras.



A Justiça não tem olhos, mas tem mãos.

ESCRIVÃO: A Justiça em boas mãos.

Campanha em defesa do Escrivão Judiciário a serviço da comunidade

AEJES

Informe Público

Estamos iniciando a campanha em defesa do cargo de Escrivão Judiciário. O Escrivão é o elo fundamental entre a justiça e a sociedade.

Os escrivães judiciários do Espírito Santo estão ameaçados: um projeto de lei está sendo elaborado para pôr fim ao cargo. Isso é um retrocesso e significa a possibilidade de retorno do nepotismo no judiciário capixaba, pois o acesso a este cargo, através de concurso público como é hoje, passaria a ser por indicação política. Quem perde com isso é a justiça. Quem perde com isso é a sociedade que ficará excluída do acesso ao cargo, tendo em vista que o concurso público não será mais realizado.

É importante lembrar que os escrivães que atendem hoje à sociedade capixaba são concursados, com formação obrigatória em direito, o que garante um desempenho qualificado para o cargo. Participe desta campanha.

DIGA NÃO AO FIM DO ESCRIVÃO